

continuação			
7. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar			
a) Composição			
Itens		2.015	
Imobilizado			
Equipamentos Telefônicos	20.281	(338)	19.943
Maquinas e Equipamentos de informática	241.686	(6.411)	235.275
Equipamentos de Infraestrutura	64.278	(3.729)	60.549
Maquinas e Equipamentos Hospitalares	700.321	(8.284)	692.037
Móveis e Utensílios de Escritório	151.501	(3.088)	148.413
Móveis e Utensílios Hospitalares	305.166	(4.302)	300.864
Adto a Fornecedor de Imobilizado	393.750	-	393.750
	1.876.983	(26.152)	1.850.831
Intangível			
Direitos de uso de software	53.110	(1.853)	51.257
	53.110	(1.853)	51.257
Subvenções a realizar			
Subvenções governamentais *	(1.902.088)	-	(1.902.088)
	(1.902.088)	-	(1.902.088)
* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens. b) Movimentação: Não houve baixas durante o período de 2.015, portanto, os valores mencionados acima na coluna do custo correspondem às adições ocorridas no período. c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:			
Descrição	Taxa ao ano		
Equipamentos de informática	20,0%		
Maquinas e equipamentos hospitalares	10,0%		
Móveis e utensílios	10,0%		
Direitos de uso de software	20,0%		
8. Fornecedores			
Descrição	2.015		
Materiais e medicamentos	762.659		
Serviços de terceiros pessoa jurídica	125.672		
Imobilizado	46.208		
	934.539		
9. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:			
Descrição	2.015		
Honorários médicos pessoa jurídica	229.701		
	229.701		
10. Obrigações Sociais e Trabalhistas			
Descrição	2.015		
Salários e ordenados	415.600		
FGTS	42.609		
INSS	41.845		
Provisão de Férias e encargos	266.866		
Outras	41.974		
	808.894		
11. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização em Investimento.			
Descrição	2.015		
Subvenção para investimento	3.339.205		
Subvenção para custeio	15.000.000		
	18.339.205		
12. Partes Relacionadas			
	A receber / (a pagar)		
Descrição	2.015		
Empréstimos entre unidades (a)	310		
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	(130.045)		
	(129.735)		
(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. (b) - Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hos-			
Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente		Jocelmo Pablo Mews Diretor Geral da Pró-Saúde	
Michael R. Cansanção da Silva - Contador local - CRC: PA 010610/O-2		Alba Lucia de M. Sá Muniz Diretor Geral do Hospital	
		David Martins Ferreira - Contador geral - CRC: SP195413/O-2 "S" - PA	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras		20. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:	
Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA. Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstra-		Descrição	
		Ativos	
		Valor justo por meio do resultado	
		Caixa e equivalentes de caixa	
		Receíveis	
		Contas a receber	
		Total	
		Passivos	
		Pelo custo amortizado	
		Fornecedores	
		Honorários médicos	
		Partes Relacionadas	
		Total	
		Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. 21. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais: A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. 22. Contribuições Sociais Usufruidas: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruidas foram:	
		Descrição	
		Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	
		Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	
		Contribuição patronal ao INSS	
		Total	
		23. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Unico de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.	
		LM Auditores Associados	
		CRC 2SP018.611/O-8	
		Mauricio Diácoli	
		CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA	